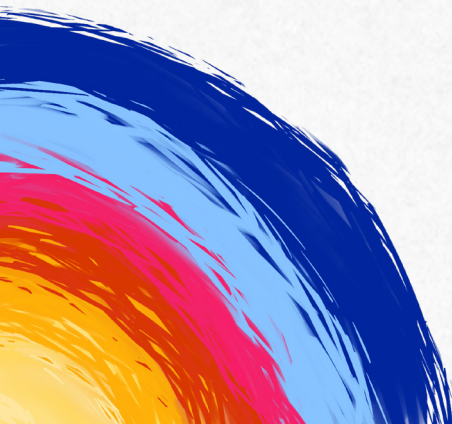


30ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima **COP30-UNFCCC**

SÉRIE COP-30 – N1

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO
ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
SEBRAE



Presidente do Conselho Deliberativo Nacional

José Zeferino Pedrozo

Diretor-Presidente

Décio Nery de Lima

Diretor-Técnico

Bruno Quick Lourenço de Lima

Diretor de Administração e Finanças

Margarete de Castro Coelho

Coordenação Técnica

Gustavo Cezário

Vinícius Lages

Colaboração

Giovanni Beviláqua

Getúlio Vaz

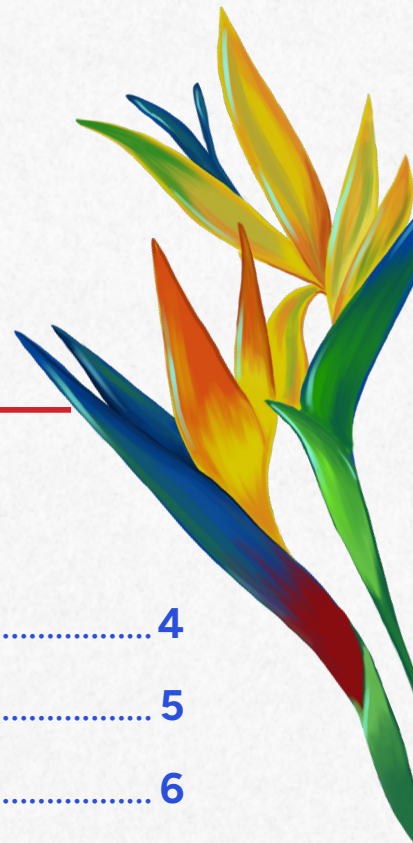
Jeconias Junior

Juliana Borges

Pedro Cavalcante

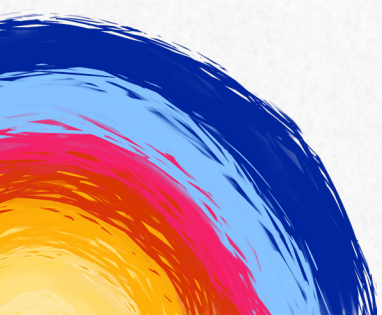
Raissa Rossiter





Sumário

Apresentação.....	4
Introdução	5
MPEs na Agenda Climática.....	6
A nova NDC brasileira e o protagonismo das MPMEs.....	7
Financiamento, comércio e taxonomia sustentável: instrumentos para uma transição justa.....	8
Eixos estratégicos do Sebrae em contribuição à agenda do Clima.....	9
1. Inovação para uma economia de baixo carbono e bioeconomia	11
2. Agricultura e segurança alimentar	12
3. Transição energética, processos industriais e encadeamento produtivo.....	13
4. Resiliência climática territorial e Economia Circular .	14
5. Empreendedorismo feminino, diverso e inclusivo.....	15
O futuro que queremos	16



Apresentação

Pequenos negócios na Agenda Climática

Vivemos um momento crítico: 2024 e este início de 2025 já registraram temperaturas recordes e eventos climáticos extremos, exigindo ação imediata. O Brasil ocupa posição estratégica, com biodiversidade única, recursos hídricos abundantes e matriz energética predominantemente renovável. Nesse cenário, faz-se necessário atuar sobre os desafios e oportunidades das mudanças climáticas para os pequenos negócios brasileiros.

As micro e pequenas empresas (MPE), que representam 98% dos empreendimentos brasileiros, geram 72% dos empregos e 26,5% do Produto Interno Bruto (PIB), são indispensáveis para uma transição climática justa. Nossa jornada transcenderá a COP-30 em Belém, tornando-se parte permanente da estratégia do Sebrae. É um compromisso de longo prazo, reconhecendo que os impactos climáticos nos modelos de negócios exigem a construção de respostas consistentes rumo à nova economia de baixo carbono.

Por meio da participação na COP 30, buscamos contribuir para a inserção efetiva dos pequenos negócios na agenda climática global. A conferência em solo brasileiro é uma oportunidade histórica para reafirmar o engajamento das MPE na transição ecológica.

O Sebrae reafirma seu papel no mutirão pelo desenvolvimento de competências para a sustentabilidade, no fomento ao empreendedorismo verde e na defesa de um ambiente de negócios que valorize as especificidades das MPE na transição para uma economia de baixo carbono.

Os desafios climáticos exigem respostas colaborativas e o Sebrae está comprometido em liderar esse processo, construindo um futuro em que prosperidade econômica, conservação ambiental e justiça social caminhem juntas.

Diretoria Executiva

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae

Brasília, abril de 2025



Introdução

Os impactos das questões climáticas são visíveis – desde eventos climáticos extremos até a desestabilização de ecossistemas inteiros. O Brasil está entre os dez países com as maiores emissões de gases de efeito estufa. As emissões brasileiras, contudo, não estão relacionadas à queima de combustíveis fósseis, mas ao desmatamento (corte, degradação e incêndios). O país é detentor de ativos fundamentais para o equilíbrio climático:

- Biodiversidade única, com biomas estratégicos como a Amazônia;
- Recursos hídricos abundantes (12% da água doce mundial);
- Matriz energética majoritariamente renovável (85% da eletricidade gerada por fontes limpas);
- Contribuição vital para a segurança alimentar global (um dos maiores exportadores de commodities agrícolas).

Essa posição singular exige que o país lidere não apenas pela redução de emissões, mas pela integração de soluções baseadas na natureza e na economia de baixo carbono.



A crise climática demanda respostas complexas e integradas, reconhecendo que soluções isoladas são insuficientes para enfrentar um desafio planetário desta magnitude. Conforme os princípios da Convenção do Clima, as nações têm responsabilidade comum, porém diferenciada sobretudo quanto às contribuições para o financiamento da transição energética.

O caminho para superar esta crise que vivemos dependerá fundamentalmente de múltiplas formas de inovação: em tecnologias limpas, em modelos de negócios sustentáveis, nas cadeias de valor descarbonizadas, na precificação adequada da descarbonização, em mecanismos de financiamento verde, em políticas públicas focadas em mitigação e adaptação, nas transformações dos padrões de consumo.

A transição climática justa só é possível com a inclusão dos pequenos negócios.

A partir do Plano Clima no Brasil, é preciso indicar como os pequenos negócios podem impactar as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), compromissos assumidos pelos países no Acordo de Paris, que visa manter as emissões de carbono em 1,5°C até 2030.

MPE na Agenda Climática

Segundo estimativas das Nações Unidas, as MPE representam no mundo cerca de 90% das empresas, responsáveis por 60 a 70% dos empregos e geram 50% do PIB mundial.

As emissões de cada pequeno negócio são geralmente modestas, mas somadas podem significar um volume considerável.

Essas empresas sofrem impacto desproporcional, decorrente da crise climática, e têm maior dificuldade para promover a descarbonização. No limite, essas barreiras podem resultar na perda de mercados e em riscos para sua sobrevivência.

As startups de soluções climáticas são cruciais para a inovação e investimento em tecnologias verdes e para a criação de modelos de negócios sustentáveis. Negócios inovadores são estratégicos para os serviços de alta especialização para redução monitorada de emissões. Na cadeia de suprimentos das grandes empresas, é incontornável a integração das pequenas na descarbonização da economia. As lideranças dessas cadeias devem contribuir substantivamente para a conversão das empresas integrantes.

Nesse contexto, o Sebrae, como agência de desenvolvimento e suporte aos pequenos negócios, apresenta a seguir estratégias de políticas climáticas inclusivas por meio do fortalecimento das MPE. Mais que uma vitrine de práticas que contribuem para as metas das NDC do Brasil, este documento esclarece como propostas implementadas podem influenciar as negociações oficiais da COP 30.

Cientes que a maior parte da emissão bruta do Brasil advém do desmatamento ("Mudança de Uso da Terra e Floresta"), defendemos um novo modelo de desenvolvimento econômico por meio da aplicação intensiva de inovação em **bioeconomia e agricultura** regenerativa.

A valorização da sociobiodiversidade e ganhos de produtividade permitirão a conciliação entre segurança alimentar e conservação dos biomas brasileiros.

Mesmo com mais de 90% de toda a **energia** gerada vindo de fontes renováveis, trabalhamos para a transformação energética das nossas empresas.



MPE na Agenda Climática

Processos industriais chamam atenção ainda para os desafios da Nova Indústria Brasileira (NIB) frente à transição ecológica e à modernização do parque industrial brasileiro. Cresce ainda a emissão bruta advinda de resíduos, o que reforça a urgência de práticas como reaproveitamento e logística reversa, evidenciando o papel da **economia circular**.

A promoção da diversidade como princípio da transição justa ressalta ainda o papel das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) na redução da pobreza, na inclusão de grupos vulneráveis, com destaque particular para o crescente empreendedorismo feminino.

Para promover a inclusão dos pequenos negócios na agenda climática, é preciso encontrar os diferentes caminhos capazes de acelerar o desenvolvimento de empresas mais sustentáveis, no sentido mais amplo da palavra. O diálogo entre setor produtivo, cidades e comunidades encontra no *High-Level Champions* a defesa das MPME nos planejamentos climáticos nos diferentes níveis de governo. Compromissos das grandes empresas também devem apoiar a capacitação e o financiamento da MPME para o objetivo comum de uma economia resiliente. Trata-se de garantir que as vias de transição justa não deixem ninguém para trás.



SEBRAE
* COP 30 *

A nova NDC brasileira e o protagonismo das MPME

A NDC brasileira, apresentada na COP29, estabelece metas ambiciosas de redução das emissões entre 59% e 67% até 2035. Para alcançar esses objetivos, é fundamental explicitar o papel das MPE em áreas estratégicas como a eliminação do desmatamento, a conversão sustentável e regeneração de ecossistemas **naturais, descarbonização, serviços de conversão e a transição energética.**

O empreendedorismo inovador emerge como um mecanismo crucial para acelerar o desenvolvimento de tecnologias climáticas, especialmente em áreas como bioeconomia e economia circular.

Incluir as MPE significa, portanto, ampliar o seu acesso ao financiamento climático, à tecnologia verde, ao desenvolvimento de competências e requalificação para a transição justa como parte da resposta global à ameaça das mudanças climáticas.

É imperativo que os *stakeholders* das Conferências do Clima reconheçam explicitamente as contribuições das MPE na redução das emissões de gases de efeito estufa e no desenvolvimento resiliente ao clima.

Como parte fundamental da discussão sobre o engajamento do setor privado na transição justa, é preciso salientar as contribuições específicas das micro e pequenas empresas na criação de empregos verdes, com abordagens que incluem oportunidades socioeconômicas associadas ao *transitioning away*, dos combustíveis fósseis a novos sistemas energéticos.

O sucesso dessas políticas depende da mobilização dos atores dos territórios, com especial atenção ao **Federalismo Climático.**

O Sistema Sebrae seguirá colaborando com os entes federativos brasileiros no desenvolvimento de planos e instrumentos climáticos que incorporem os pequenos negócios como parte da ambição necessária para o alcance das metas nacionais.

Trabalharemos para que os mecanismos de financiamento climático alcancem os municípios, sobretudo as pequenas empresas responsáveis por gerar renda, crescimento econômico inclusivo com impacto ambiental positivo nos diferentes ecossistemas.

No plano internacional, estimularemos redes de cooperação entre organizações privadas, órgãos governamentais e agências das Nações Unidas responsáveis por fomentar o protagonismo dos pequenos negócios nos diferentes países. O engajamento desses atores responderá ao êxito de um olhar mais apropriado das MPME nas ações de adaptação e mitigação climática.



Financiamento, mercado e taxonomia sustentável: instrumentos para uma transição justa

O Brasil tem avançado na criação de um ambiente mais favorável ao financiamento sustentável. Iniciativas como o Plano de Transformação Ecológica, a Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e para a Transformação Ecológica (BIP) e o Programa Eco Invest Brasil estão ajudando a atrair mais capital para projetos alinhados com a economia verde. Destaca-se aqui a iniciativa do Governo Federal no mercado de títulos soberanos sustentáveis, que tem captado recursos volumosos desde seu lançamento em 2023.

Além disso, a Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB) está estabelecendo critérios claros para definir quais atividades econômicas realmente contribuem para a transição ecológica. E com a implementação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), empresas que reduzirem suas emissões poderão obter benefícios financeiros. Mas para que as MPE aproveitem essas oportunidades, o acesso ao crédito dirigido precisa ser facilitado.

A dificuldade dos pequenos negócios para acessar crédito e investir em práticas sustentáveis passa pela ausência da concessão de garantias suficientes aos bancos. É aqui que o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe), gerido pelo Sebrae, pode se tornar um grande aliado, atuando como garantidor de operações de crédito verde e ajudando a viabilizar esses investimentos.

Ao ser também direcionado para operações de crédito verde, o fundo pode impulsionar ainda mais a sustentabilidade, garantindo financiamento para instalação de, por exemplo, painéis solares, modernização de equipamentos para maior eficiência energética, adoção de tecnologias limpas circulares e práticas produtivas sustentáveis.

O Sebrae atuará ainda disseminando a informação sobre as oportunidades disponíveis. Negócios que adotam práticas sustentáveis podem acessar incentivos fiscais, linhas de crédito especiais e novas formas de financiamento, como o mercado de carbono.

Iniciativas como o comércio justo e as Indicações Geográficas valorizam produtos da sociobiodiversidade, fortalecendo a competitividade de pequenos negócios ligados à agricultura familiar, ao artesanato tradicional e às outras cadeias produtivas sustentáveis.

Capacitações específicas voltadas aos empresários dos diferentes setores abordarão temas como eficiência energética, bioeconomia, gestão de resíduos e agricultura regenerativa.

Esse apoio do Sebrae aos pequenos negócios de modo que acessem recursos necessários para inovar e crescer de forma sustentável ocorrerá principalmente nos cinco eixos estratégicos apresentados a seguir.





Eixos estratégicos do Sebrae em contribuição à agenda do Clima

1. Inovação para uma economia de baixo carbono e bioeconomia

O Sebrae reconhece que a transição para uma economia de baixo carbono requer um forte alicerce em ciência, tecnologia e inovação. Alinhada à Avaliação das Necessidades Tecnológicas do Brasil (TNA_BRAZIL), a instituição atua como catalisadora na implementação e disseminação de soluções tecnológicas sustentáveis junto aos pequenos negócios.

Para materializar essas iniciativas, o Sebrae dispõe de instrumentos robustos e comprovadamente eficazes.

O programa Inova Biomas estimula o desenvolvimento de soluções tecnológicas específicas para os biomas brasileiros, respeitando suas particularidades e potencializando seus ativos naturais.

O Sebraetec Sustentabilidade facilita o acesso dos pequenos negócios a tecnologias verdes, promovendo sua competitividade por meio da sustentabilidade. Já o programa Catalisa atua como acelerador de *startups* e empresas inovadoras que desenvolvem soluções para os desafios climáticos.

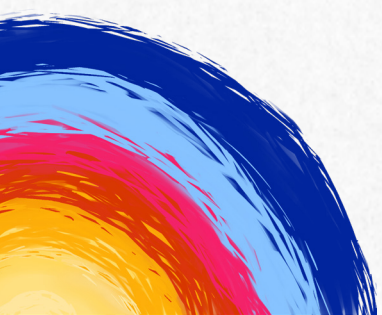
A bioeconomia oferece um novo paradigma em que a proteção ambiental e o crescimento econômico se complementam e expandem possibilidades.

Essa abordagem inovadora posiciona o Brasil como um potencial líder global na transição para uma economia mais sustentável, aproveitando suas vantagens naturais para criar soluções que beneficiem tanto o meio ambiente quanto a sociedade.

No Baixo Amazonas, a implementação do Polo de Bioeconomia e o apoio a projetos que fortalecem cadeias produtivas da sociobiodiversidade demonstra que é possível preservar florestas gerando desenvolvimento econômico para as comunidades que ali habitam. O modelo de desenvolvimento aqui proposto busca convergir esforços de empresas com aplicação intensiva de inovação em bioeconomia, gestão sustentável das empresas tradicionais (com ênfase no turismo e na gastronomia) e dimensões de ESG no espaço urbano, a exemplo da Economia Circular.

O Brasil, com sua extensão continental e diversidade única de biomas (Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal), possui um potencial extraordinário para liderar a transição global para uma economia verde. A economia do mar se apresenta como oportunidade para aproveitar o potencial dos recursos marinhos de forma sustentável e inovadora.

Essas e outras práticas demonstram o compromisso do Sebrae em promover a inovação tecnológica como ferramenta fundamental para a construção de uma economia mais sustentável e resiliente às mudanças climáticas, posicionando os pequenos negócios brasileiros na vanguarda da transformação global.



2. Agricultura e segurança alimentar

A agricultura ocupa uma posição estratégica na transição global para uma economia de baixo carbono, combinando sua capacidade de produção em larga escala com um crescente compromisso com práticas sustentáveis. Em um contexto em que a segurança alimentar global e as mudanças climáticas se apresentam como desafios interligados, o Brasil emerge não apenas como um grande produtor de alimentos, mas como um laboratório de soluções inovadoras para uma agricultura mais sustentável.

A agricultura regenerativa representa uma mudança paradigmática na forma de produzir alimentos, indo além da sustentabilidade para efetivamente regenerar os ecossistemas. Por meio de práticas como o plantio direto, a rotação de culturas e o manejo integrado do solo, conseguimos não apenas reduzir as emissões de gases de efeito estufa, mas também aumentar o sequestro de carbono no solo, melhorar a biodiversidade e fortalecer a resiliência dos sistemas agrícolas.

O desenvolvimento de tecnologias agrícolas sustentáveis tem sido um diferencial do agro brasileiro. A adoção de agricultura de precisão, sistemas de irrigação eficientes e monitoramento por satélite permite otimizar o uso de recursos, reduzir o impacto ambiental e aumentar a produtividade.

A atuação do Sebrae busca a valorização da produção agroecológica, contribuindo para ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas como seca e inundações sentidas pelos pequenos agricultores.

No setor agropecuário, apoiamos a implementação de tecnologias transformadoras como o melhoramento genético e manejo sustentável dos sistemas de ILPF (Integração Lavoura, Pecuária, Floresta), visando maior produtividade na produção de carne e leite com menor pegada de carbono. Adicionalmente, fomentamos práticas inovadoras em silvicultura com espécies nativas, contribuindo para a regeneração de ambientes degradados e o enriquecimento da biodiversidade.

O Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas representa uma oportunidade significativa para transformar áreas improdutivas em sistemas agrícolas eficientes. Ao recuperar pastagens degradadas, o programa não apenas aumenta a produtividade pecuária, mas também libera áreas para agricultura, reduzindo a pressão por desmatamento e criando sumidouros de carbono através da recuperação do solo.

A integração entre agenda ambiental e produtividade agrícola não é mais uma escolha, mas uma necessidade competitiva. O mercado global demanda cada vez mais produtos que demonstrem compromisso com a sustentabilidade, e o Brasil está bem-posicionado para atender esta demanda.



3. Transição energética, processos industriais e encadeamento produtivo

A transição energética representa um desafio complexo e multifacetado que demanda uma transformação sistêmica nos processos produtivos e modelos de negócio. Alinhado com o Programa Nova Indústria Brasil (NIB), este eixo estabelece uma abordagem integrada que conecta a descarbonização industrial, economia circular e desenvolvimento sustentável por meio de múltiplas estratégias complementares.

A “Missão 5” da NIB, focada em bioeconomia e descarbonização, estabelece uma visão estratégica que vai além da redução de emissões, buscando o desenvolvimento de novas competências industriais por meio do uso tecnológico e sustentável da biodiversidade. Essa abordagem cria oportunidades para o desenvolvimento de novos mercados, tecnologias próprias e posicionamento estratégico em soluções sustentáveis.

O sucesso depende da coordenação efetiva entre diferentes setores da economia, políticas públicas adequadas e engajamento do setor privado, visando não apenas à redução de emissões, mas também ao desenvolvimento de uma indústria mais competitiva e sustentável. A integração entre aspectos tecnológicos, econômicos e ambientais cria bases para uma transformação sistêmica que posiciona a indústria como protagonista na construção de uma economia de baixo carbono.

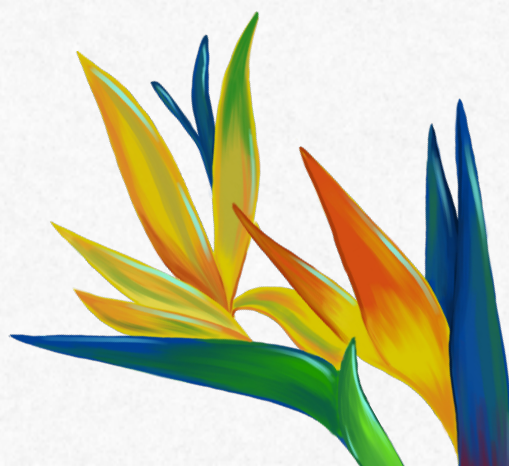
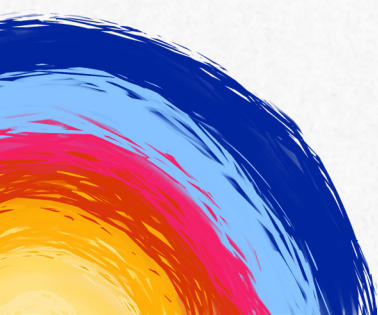
As grandes empresas estão cada vez mais submetidas a um escrutínio maior do mercado e dos órgãos de controle, tendo que monitorar e produzir relatórios anuais que reflitam as medidas mitigadoras de impactos e a redução de externalidades negativas. Responsabilidade que se amplia na medida em que essas grandes empresas estão expostas ao mercado, ou listadas em bolsa.

Estabelecer conexões empresariais com a cadeia de fornecedores, engajando os pequenos negócios nos esforços de transição para uma economia de baixo carbono, é uma demanda crescente.

O Programa Conexões Corporativas representa uma das contribuições mais significativas do Sebrae para acelerar a competitividade dos pequenos negócios em busca de convergências com padrões produtivos mais sustentáveis.

A atuação do Centro Sebrae de Sustentabilidade (CSS), com sede em Mato Grosso, tem contribuído para a democratização do acesso a conhecimento e práticas inovadoras de sustentabilidade e eficiência energética.

O foco está na disseminação de modelos de negócios que promovam a descarbonização da economia brasileira, incluindo o desenvolvimento e adoção de energia solar, energia de biomassa, conversão e eficiência energética de pequenos negócios. Projetos colaborativos estão sendo construídos em parceria com outros polos, visando à captação de recursos internacionais para redução da pegada de carbono em diversos setores.



4. Resiliência climática territorial e Economia Circular

O estabelecimento de novos mecanismos de governança multinível e multisetorial são imprescindíveis para o aumento da ambição climática, a partir da adoção de estratégias de adaptação e mitigação que sejam mais eficientes e inclusivas.

A transição para uma economia de baixo carbono exige dos formuladores de políticas públicas que sejam capazes de estimular a mudança de processos produtivos e hábitos de consumo. É nesse contexto que ganha relevância a implementação de estratégias que promovam a inclusão das micro e pequenas empresas na agenda do clima.

O Sebrae desempenha papel central nessa agenda, uma vez que possui uma atuação histórica no fomento do desenvolvimento socioeconômico, nos níveis local e territorial. Com o passar do tempo, também incorporou em sua agenda estratégica elementos relacionados ao clima. Ao incorporar no Programa Cidade Empreendedora a sustentabilidade como eixo central, busca-se desenvolver cadeias produtivas circulares, promover o turismo de baixo impacto e toda uma agenda de futuro para Territórios Carbono Neutro.

O agravamento do estado de emergência climática impõe, porém, ações ainda mais ousadas, que representem uma resposta efetiva aos desafios postos.

Em virtude das iniciativas internacionais e nacionais, ganha centralidade nesta estratégia a conexão do Sebrae com temas como federalismo climático, transição justa e cidadania climática. Caberá ao Sebrae estimular políticas públicas capazes de ampliar oportunidades para os pequenos negócios participarem efetivamente das estratégias de redução de gases de efeito estufa e de cadeias produtivas mais resilientes e circulares.

O volume de recursos financeiros necessários para tornar uma cidade neutra em carbono ultrapassa qualquer orçamento público, sendo necessário acelerar os negócios sustentáveis. Caberá ao poder local um papel primordial de mobilizar cidadãos, com estratégias específicas de inserção de micro e pequenas empresas na agenda climática. A adoção de instrumentos regulatórios e econômicos pode apoiar reduções profundas das emissões e resiliência climática se for capaz de garantir a justiça no acesso dos pequenos negócios aos devidos meios.

A economia circular emerge como elemento central nesse objetivo comum, traduzida não apenas na gestão de resíduos sólidos com a inclusão dos catadores de recicláveis, mas no fomento a empresas de reparos e remanufaturas, com recuperação energética e redução do desperdício de alimento.



5. Empreendedorismo feminino, diverso e inclusivo

A transição para uma economia de baixo carbono requer não apenas transformações tecnológicas e econômicas, mas também uma profunda mudança social que inclua e empodere todos os segmentos da sociedade.

O empreendedorismo feminino se destaca como uma força transformadora fundamental, não somente por questões de representatividade demográfica, mas porque as mulheres têm demonstrado uma particular capacidade de liderar iniciativas que combinam inovação, sustentabilidade e impacto social.

Estudos demonstram que empresas lideradas por mulheres tendem a incorporar mais frequentemente critérios de sustentabilidade em suas decisões de negócio e a desenvolver soluções que consideram impactos ambientais e sociais de forma mais holística. Vale reconhecer que as mulheres, reiteradamente as negras, são especialmente afetadas pelos impactos das mudanças climáticas.

Parte do trabalho do Sebrae será assegurar um diálogo social significativo que envolva todas as partes interessadas pertinentes. A fim de permitir percursos de transição justa eficazes, inclusivos e participativos, é importante compreender o papel dos trabalhadores informais, das pessoas em situação vulnerável, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e quilombolas, da população LGBTQIA+, dos imigrantes, das crianças e dos jovens estudantes, das pessoas com deficiência no contexto da mitigação e adaptação climática.

Programas de empreendedorismo devem facilitar a partilha de boas práticas, de soluções adequadas às barreiras de cada segmento, de sistemas educativos para desenvolvimento de competências e da requalificação.

Padrões de ESG (*Environmental, Social, Governance*) difundidos nos diferentes portes e setores de empresas corroborarão para negócios mais produtivos e de baixo carbono, com capacidade de reter e atrair talentos, de reduzir riscos e incertezas, de diálogo e engajamento social. Essas abordagens centradas nas pessoas reforçam os direitos humanos e os sistemas de proteção social, bem como o devido olhar para a economia da prestação de cuidados e a necessidade de desenvolver competências futuras para empregos verdes.

É relevante ainda valorizar práticas sustentáveis ancestrais, focadas em uma relação mais harmoniosa com o meio ambiente, oferecendo modelos importantes para repensar nossa relação com os recursos naturais. A propriedade intelectual sobre conhecimentos tradicionais associados a patentes e invenções em recursos genéticos inclusive já faz parte de tratados firmados no âmbito das Nações Unidas.



O futuro que queremos

O Sebrae estabelece um compromisso estrutural e permanente com a agenda climática e da sustentabilidade, que transcende a realização da COP 30 no Brasil e se integra definitivamente ao seu planejamento estratégico. Esse compromisso se materializa em três eixos fundamentais de atuação no suporte aos pequenos negócios para a transição sustentável.

LETRAMENTO

O **primeiro eixo** estabelece o letramento ambiental e o desenvolvimento de competências essenciais, com capacitação técnica, gerencial, financeira e de inovação. Essa formação permitirá que os pequenos negócios se adaptem às demandas ambientais e aproveitem as oportunidades emergentes da economia verde, da bioeconomia e dos modelos de negócios sustentáveis em diversos segmentos.

INOVAÇÃO

O **segundo eixo** concentra-se no fomento ao empreendedorismo sustentável, estimulando a criação e o desenvolvimento de pequenos negócios e *startups* alinhados com práticas ESG. Essas empresas contribuirão diretamente para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, desenvolvendo soluções inovadoras para os desafios ambientais.

ADVOCACY

O **terceiro eixo** fortalece o papel de *advocacy* do Sebrae junto aos formuladores de políticas públicas em todos os níveis de governança federativa. Esta atuação visa garantir um ambiente de negócios favorável aos pequenos empreendimentos, considerando suas especificidades e necessidades de tratamento diferenciado.

A implementação desses eixos será assegurada pela integração de metas específicas no Planejamento Estratégico Nacional, apoiada por um sistema robusto de monitoramento e avaliação, com revisões anuais e ajustes baseados em evidências. Nosso compromisso com a transparência manterá todas as partes interessadas informadas sobre o progresso das iniciativas.

Como articulador estratégico, o Sebrae atuará na conexão entre diferentes atores desta transformação, criando um ambiente propício para que os pequenos negócios prosperem na economia verde. Essa articulação facilitará seu acesso a financiamento, tecnologias e mercados, com ênfase particular na implementação territorial das iniciativas, reconhecendo o papel fundamental das instâncias subnacionais, como as agendas climáticas nos estados e nos municípios. O Sebrae fomentará, assim, o engajamento da sociedade para garantir o futuro de todos.

Este posicionamento institucional reconhece que o alcance das metas da NDC brasileira e o sucesso da transição energética dependem da efetiva participação dos pequenos negócios. É momento de incorporá-los nos planos de mitigação e adaptação climática, contribuindo para uma economia mais sustentável, justa e próspera. A visão de futuro do Sebrae projeta um Brasil líder global na economia verde até 2035, quando os pequenos negócios serão protagonistas de uma transformação que integra prosperidade econômica, conservação ambiental e justiça social.





JUNTOS SOMOS
MAIS FORTES

